

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO COMPORTAMENTO ELEITORAL BRASILEIRO NAS ELEIÇÕES DE 1989 E 2014

Wallace dos Santos de Moraes¹

No comício de encerramento da campanha eleitoral de 1989 no Rio de Janeiro aproximadamente 500 mil pessoas aglomeravam-se na Candelária para apoiar a candidatura do PT à presidência da República. Em situação equivalente, nas eleições de 2014, o número de pessoas não chegou nem a 5 mil, ou seja, mais de cem vezes menor. Quais interpretações podemos extrair dessa disparidade? Para melhor analisá-la, é importante destacarmos alguns pontos fundamentais: 1) as mudanças conjunturais; 2) o governo que o PT tem realizado e para quem; 3) a herança do levante popular de 2013.

Partimos da constatação, segundo a qual, há um crescente descontentamento popular com a participação política-eleitoral. Mostraremos que desde 1989 há um aumento, quase contínuo, dos eleitores que optam por não escolher candidatos, seja através da abstenção eleitoral, o voto em branco e o voto nulo. Os oligopólios de comunicação de massa ignoram esses números considerando-os como votos inválidos. A literatura clássica da Ciência Política negligencia esse fenômeno, chamando-o depreciativamente como resultado exclusivo da apatia política. Não negamos que parte desses não votos (abstenção) e dos votos em não candidatos (opção branco e nulos) somados -, chamaremos essa soma daqui por diante de “negação da política-eleitoral” - são em parte fruto de eleitores apáticos politicamente, mas nossa tese é que grande parte desses votos são extremamente politizados, cuja característica principal é negar a democracia representativa nos termos que se coloca, em parte de forma consciente, em parte de forma inconsciente. Partimos da hipótese, portanto, de que a negação da política-eleitoral se materializa em um misto de apatia política somada a uma perspectiva extremamente politizada que procura negar o modelo democrático-representativo, que efetivamente não representa o eleitor. Um dos dados empíricos que balizam nossa tese é a contextualização do ápice desse processo que aconteceu no Rio de Janeiro,

¹ Prof. do Departamento de Ciência Política da UFRJ. Coordenador do OTAL (Observatório do Trabalho na América Latina): www.otal.ifcs.ufrj.br. Agradeço imensamente a colaboração dos alunos do OTAL através da coleta de alguns dos dados eleitorais e também por meio do debate profícuo no âmbito do grupo de pesquisa. São eles: Aimée Weiss, Áurea Ferreira, Flávio Moraes e Rodrigo Agueda. Muito obrigado!

em 2014, exatamente após o maior levante popular da história brasileira, cuja palavra de ordem majoritária foi a negação da representação político-eleitoral.

Escolhemos o eleitorado do Rio de Janeiro para análise em função de inquietações que surgiram em outra pesquisa que desenvolvemos paralelamente sobre o levante popular de 2013/14 no Rio de Janeiro. Dois foram os pontos fundamentais que nos levaram a escrever esse artigo: 1) a revolta de 2013 no Brasil teve a maior intensidade com maior número de participantes justamente nesse estado; 2) uma das principais expressões dela foi a negação dos partidos políticos e dos políticos em geral; 3) durante as eleições de 2014, diversos coletivos fizeram intensa campanha eleitoral pela voto nulo, em branco ou simplesmente pela abstenção; 4) pela primeira vez na história recente das votações, um governador foi eleito com menos votos que a soma dos nulos, em branco e das abstenções. A partir daí achamos importante desenvolver a pesquisa que segue para tentar mensurar esse voto de protesto que normalmente é negligenciado pela literatura da Ciência Política.

Nossa metodologia de análise se embasará no estudo dos resultados eleitorais das eleições presidenciais do Brasil e mais profundamente no caso específico do estado do Rio de Janeiro, perquirindo como seu eleitorado se transformou ao longo do tempo. Como pano de fundo daremos uma interpretação específica sobre a mudança do eleitorado fluminense do ponto de vista ideológico.

Como forma de melhor mensurar as posições ideológicas do eleitorado supracitado foi necessário classificar os partidos políticos concorrentes nas eleições com alguns conceitos. Tivemos como ponto de partida as categorias clássicas de esquerda – direita e suas variações. Não obstante, é mister destacar que cada vez mais esses conceitos menos conseguem explicar a realidade eleitoral brasileira e mundial, sobretudo em tempos que sob a pecha de esquerda, cada vez mais partidos aplicam o programa da direita quando assumem governos. Por isso, alguns partidos que nas eleições de 1982, por exemplo, eram tidos como de esquerda; nas eleições de 2014, já são considerados de centro-direita, como é o caso do PT, por exemplo.

Por conseguinte, apresentamos os seguintes conceitos: 1) direita privatista, caracteriza partidos políticos que propugnam um projeto liberal de diminuição do Estado, através de privatizações das estatais, acreditando que a mão invisível do mercado resolverá os problemas sociais e econômicos. No espectro oposto, está a esquerda estatista, fundamentada no marxismo, na maior parte das vezes também

no leninismo, propugna mais Estado e mais controle. Acredita que por um governo deles, como representantes da classe operária, poderão, através do Estado, acabar e/ou diminuir as relações de mercado através da criação de estatais, taxaço de grandes fortunas, supressão dos meios privados de produço que passariam a ser geridos pelos burocratas. Aqui estão contrapostas duas proposiçoes. Da direita privatista: menos Estado X da esquerda estatista: mais Estado. É importante, ressaltar que em ambas o aparelho repressivo continua funcionando a todo vapor para controlar a classe adversária. Mesmo a direita privatista que pede menos estado para a educaço e para a saúde propugna mais estado no âmbito penal.

Ao mesmo tempo, temos variaçoes desses dois polos. No Brasil, atualmente não existe o centro clássico. Daí incluímos a categoria centro-direita que tende a pender para a adoço de polítics de direita, sem a exacerbaço delas.

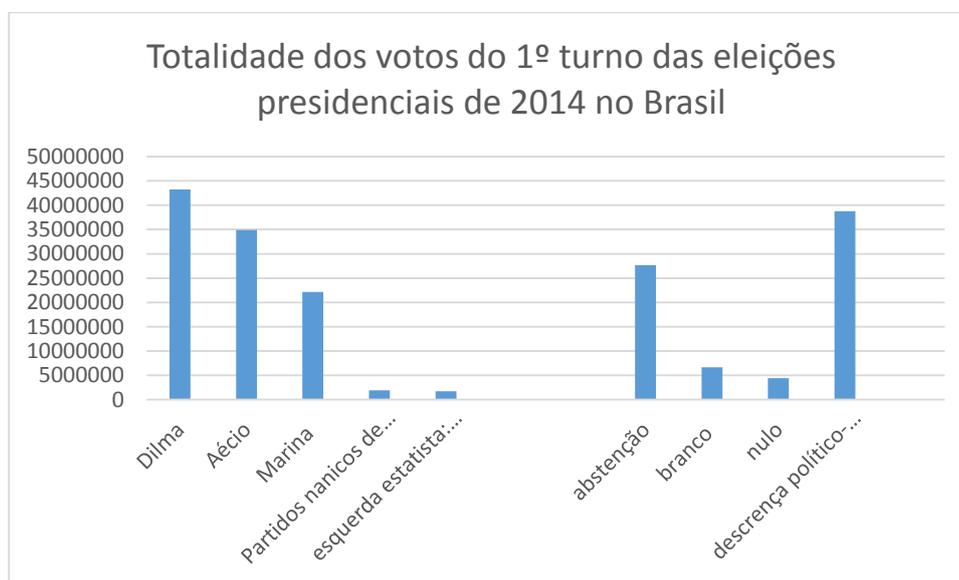
Existem ainda muitos partidos nanicos. Alguns possuem clara opço ideológica, como o PSOL, o PSTU, o PCB e o PCO, por isso, foram aqui classificados no âmbito da esquerda estatista; mas outros em sua maioria são um misto de cristianismo de centro-direita ou mesmo com concepçoes claramente da direita privatista. Todavia, os classificamos com o seguinte conceito: partidos nanicos de centro-direita. Ainda existiu o caso particular do PRONA. Sua orientaço diferenciava-se das demais por aproximar-se bastante de alguns princípios defendidos pelo pensamento fascista. Nesse sentido, o classificamos como de direita fascista, mas perceberemos que hoje ele não concorre nas eleiçoes presidenciais como o fizera entre 1989 e 1998. Mais uma vez é importante ressaltar que procuramos captar a mudanço da orientaço partidária ao longo desses 25 anos de pesquisa. Assim, em uma determinada eleiço alguns partidos políticos foram classificados em um determinado campo ideológico enquanto em outra foram classificados em outro campo. Esse transformismo acontece principalmente quando o partido chega ao poder, normalmente esquecendo seus princípios de esquerda para adotar na prática os da direita ou mesmo por alianças mais vantajosas para seus quadros que lhes permitam ocupar cargos pomposos no aparelho do Estado. Não obstante, não foram muitos os casos de transformismo ideológico partidário.

Começaremos por analisar o resultado das eleiçoes desde 1989 até 2014, privilegiando o Rio de Janeiro, estado no qual o levante popular foi mais intenso e duradouro. Em seguida apresentaremos algumas reflexões sobre as eleiçoes de 1989 e 2014 efetuando as comparaçoes necessárias.

Procederemos da seguinte forma. Começaremos exibindo os resultados eleitorais, por meio de tabelas e em seguida faremos uma breve análise dos dados e da conjuntura da época. Começemos pela análise comparada dos resultados das eleições presidenciais de 1989 e 2014.



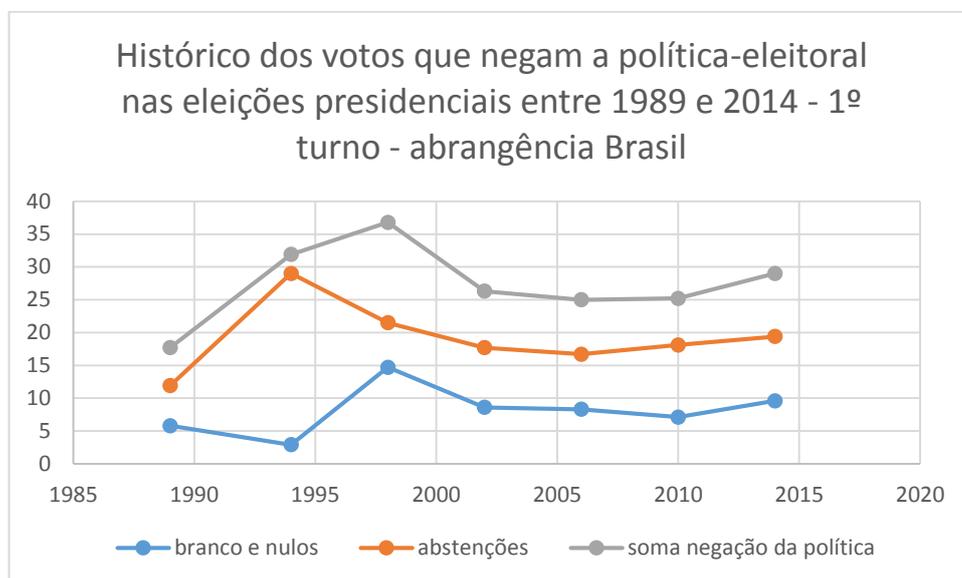
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE (Tribunal superior eleitoral) e/ou do TRE/RJ (Tribunal Regional Eleitoral).



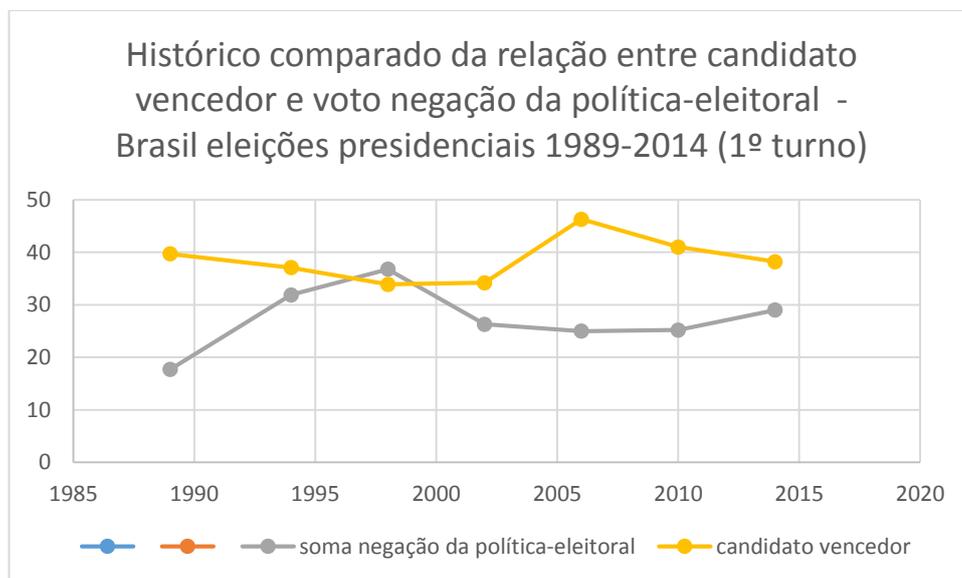
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

Nos gráficos acima temos os resultados do primeiro turno das eleições de 1989 e 2014. É importante salientar que nas eleições de 1989 concorreram ao pleito 21 candidatos, enquanto em 2014 foram 11. Percebamos que a opção pela negação da política eleitoral fica em segundo lugar nos dois pleitos, sendo significativamente maior em 2014. Isto é, a diferença entre o primeiro colocado e a

negação da política-eleitoral é bem menor em 2014 que em 1989. Os gráficos abaixo ilustram essa argumentação com mais clareza. Vejamos.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

Percebamos que em 1989 a opção pela negação da política eleitoral foi a menor desde que as eleições são diretas e universais no Brasil. Portanto foi quando o candidato vencedor ganhou com a maior margem de diferença. Por outro lado, o ápice da negação da política-eleitoral aconteceu em 1998, quando da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, que foi reconduzido ao Planalto com menos votos que a soma dos votos nulos, em branco e abstenções. Todavia, esse crescimento

acontece desde as eleições de 1994. Por coincidência os anos 1990 no Brasil foram avassaladores neoliberais, com desmonte do pouco de estado social e ataque aos direitos trabalhistas, marcado pela ideia amplamente divulgada pelos oligopólios de comunicação de massa segundo a qual era impossível lutar contra as forças do mercado, chamada erroneamente por globalização.

A negação da política eleitoral entre em declínio novamente quando esperanças são renovadas em 2002 com a possibilidade de vitória de Luis Inácio Lula da Silva e a possibilidade de pela primeira vez um operário com uma trajetória sindicalista assumir a presidência da República no Brasil. Foi um voto amparado em muitos movimentos sociais. Depois da transformação e ampliação do bolsa-escola em bolsa-família atendendo a milhões de brasileiros miseráveis e pobres Lula foi reeleito com ampliação da diferença de seus votos com relação aos da negação da política-eleitoral. Esse patamar tem um leve declínio em 2010 com a eleição de Dilma Rousseff e volta a atingir números alarmantes em 2014. Para melhor entender esse crescimento é de fundamental importância levar em conta as características do Levante Popular de 2013, pós nós chamada de Revolta dos Governados, marcada pela negação de todos os partidos políticos e por consequência uma forte crítica ao modelo de democracia representativa. Foi nesse contexto que a crítica anarquista e libertária ganhou força no âmbito social brasileiro.

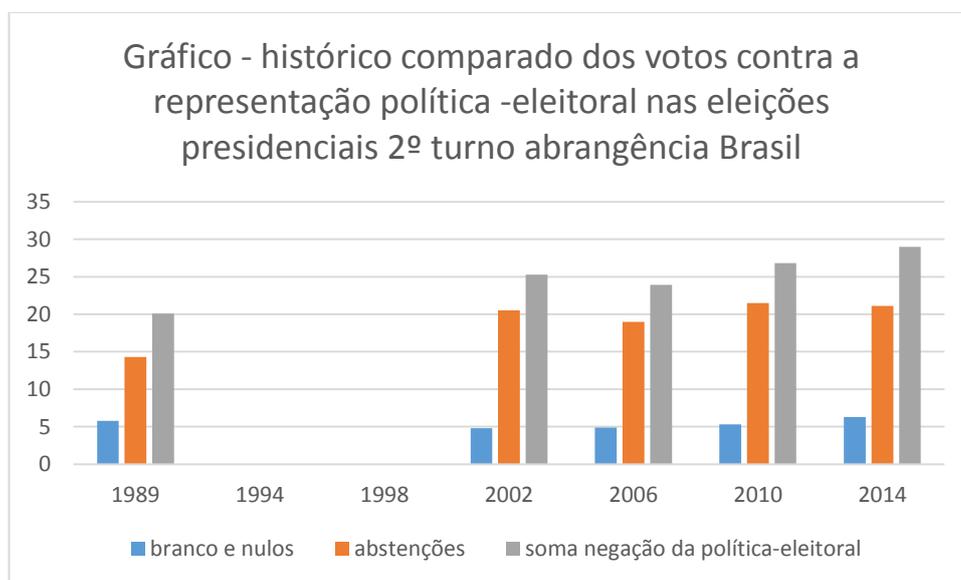
Fato é que grande parte da população que já havia se descontentado com o modelo do PSDB de governar em 1998 e por isso votou em Lula em 2002, agora também esgotara sua tolerância com o PT, depois de 10 anos sob seus governos, fortemente marcados pela corrupção que outrora criticara. No fundo, ambos se caracterizaram por medidas muito parecidas e se apresentavam falsamente como oposição um do outro. Quando na verdade fizeram um governo muito mais de continuidade do que de ruptura.²

Por tudo, constitui-se em erro lê a crítica ao petismo como oriunda exclusivamente do tucanismo (PSDB). Tanto é que o candidato do PSDB não só não consegue vencer as eleições apesar do amplo desgaste do governo, como tem menos votos que a opção de negação da política-eleitoral.

² Ver MORAES, Wallace dos Santos de. Petismo e chavismo: variedades de capitalismo e de regulação trabalhista no Brasil e na Venezuela. *Dados* [online]. 2014, vol.57, n.2 [cited 2015-07-16], pp. 359-397 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201412>.

Um dos maiores problemas das campanhas eleitorais no Brasil é a cobertura dos grandes oligopólios de comunicação de massa. Eles praticamente só divulgam as agendas dos candidatos petistas e tucanos, como se fossem os únicos passíveis de vitória, ignorando quase que por completos os outros candidatos, que nessas condições aparecem como figuras caricatas, sem expressão social.

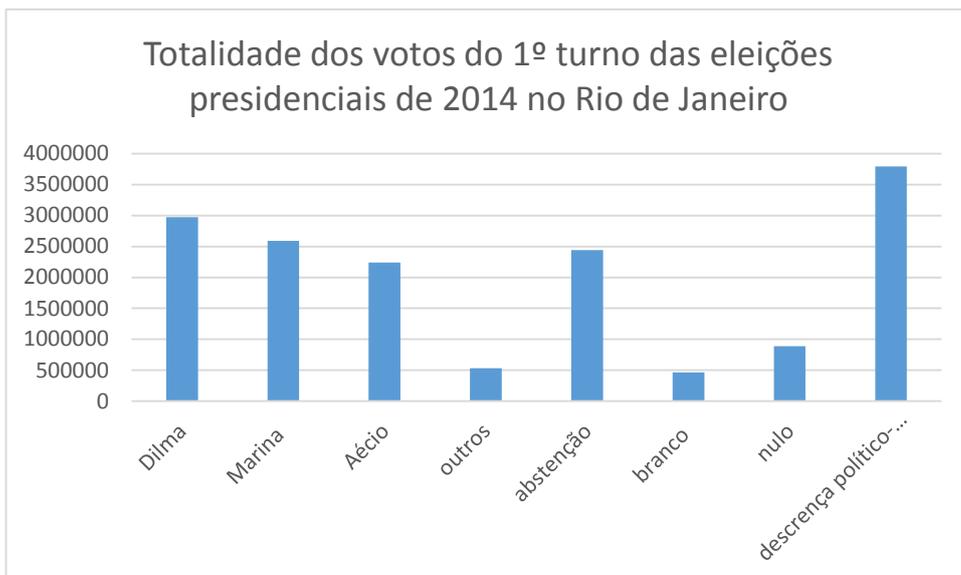
No segundo turno das eleições presidenciais o cenário não muda. Percebemos que em 2006 houve um declínio e em 2014 houve o crescimento da negação da política-eleitoral.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE (Tribunal superior eleitoral).

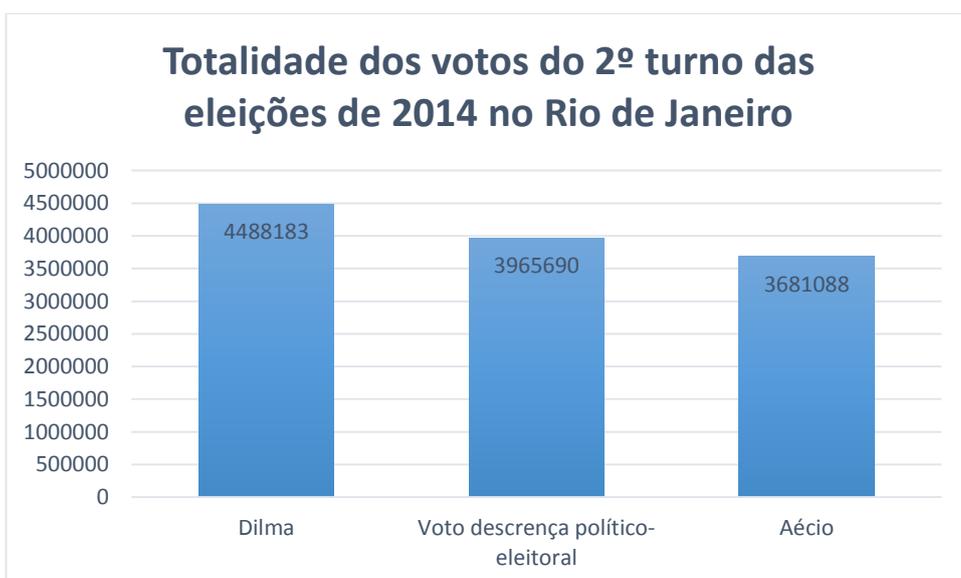
CASO DO RIO DE JANEIRO

Agora passemos para o estudo do caso das eleições no estado do Rio de Janeiro, onde a negação da política-eleitoral foi a mais emblemática. Vejamos os gráficos e percebemos que nesse estado a soma da negação da política foi mais intensa, pois o voto indiferente com relação à política-eleitoral no primeiro turno foi maior inclusive que a candidata vencedora, ganhando por uma diferença significativa, por mais de 750 milhões de votos. O eleitorado do Rio de Janeiro mantém sua tradição de negar candidatos claramente de direita dando menos votos para o concorrente do PSDB que para a candidata do PSB.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE (Tribunal superior eleitoral) e/ou do TRE/RJ (Tribunal Regional Eleitoral).

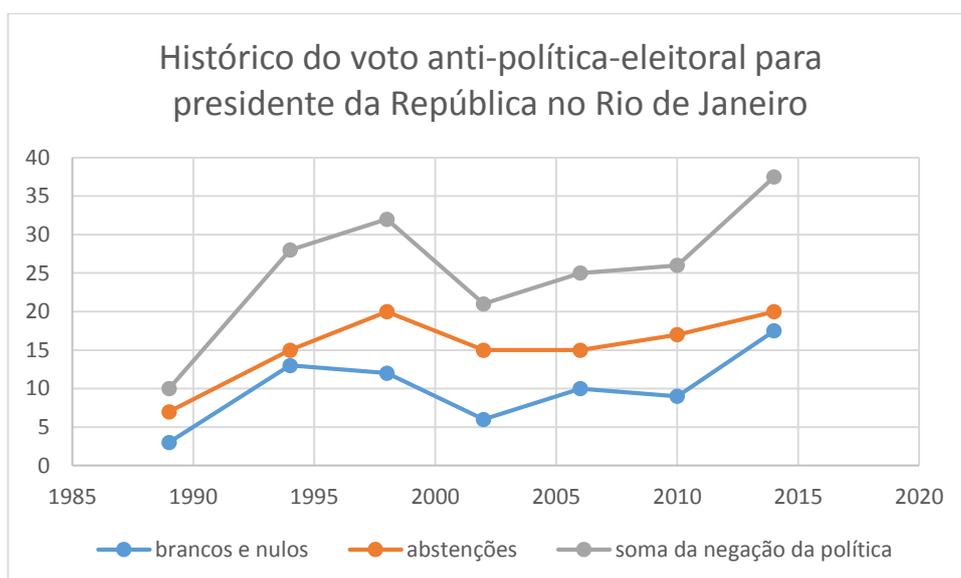
No segundo turno das eleições presidenciais no Rio de Janeiro, o voto anti-política-eleitoral não só fica na frente do candidato Aécio Neves do PSDB novamente, como ainda ganha em torno de 200 mil novos adeptos. Tudo isso, em meio a maior campanha pelo voto levada a cabo pelos grandes oligopólios de comunicação de massa, que inclusive sequer citavam os números para votos nulos, em branco e de abstenções. Enquanto, por outro lado, diversos coletivos faziam campanha pela não escolha de qualquer candidato para as eleições.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE (Tribunal superior eleitoral) e/ou do TRE/RJ (Tribunal Regional Eleitoral).

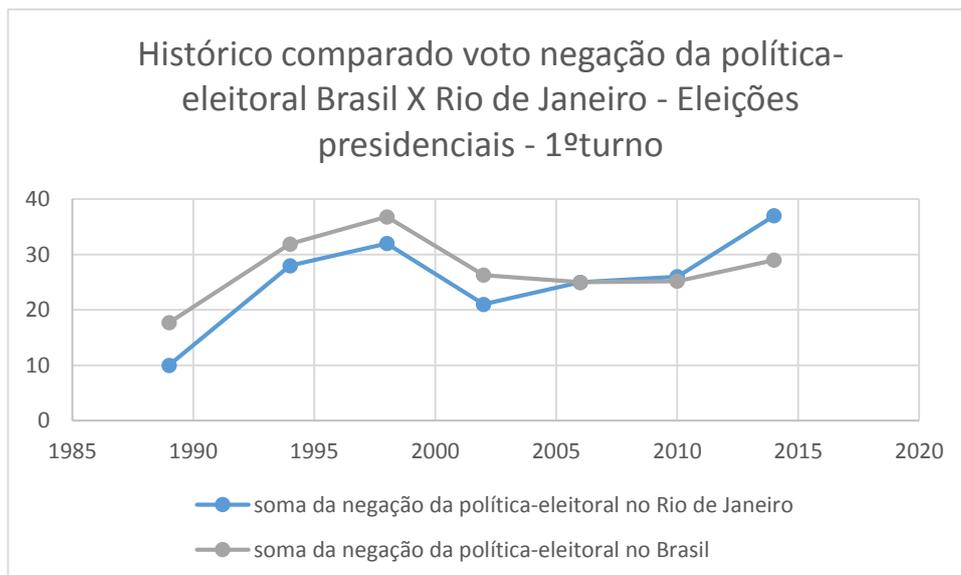
Nas eleições presidenciais de 2014 foi o estado do Rio de Janeiro que teve o maior número de votos nulos e em branco da federação.

Por fim, é possível perceber pelo gráfico abaixo o salto que o voto negação da política-eleitoral dá nas eleições de 2014 no estado do Rio de Janeiro, alcançando seu maior índice da história política recente. Sustentamos a hipótese de que esse resultado aconteceu exatamente em função de o Rio de Janeiro ter sido protagonista da maior intensidade do levante de 2013 com caráter bastante anti-institucional.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE (Tribunal superior eleitoral) e/ou do TRE/RJ (Tribunal Regional Eleitoral).

O gráfico abaixo confirma que historicamente a soma dos votos nulos, em branco e abstenções no Brasil e no Rio de Janeiro caminhavam praticamente juntas com as mesmas curvas, praticamente se igualando em 2006 e 2010, mas em 2014 foi literalmente um ponto fora da curva, embora no âmbito Brasil também apontasse a tendência de crescimento.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE (Tribunal superior eleitoral) e/ou do TRE/RJ (Tribunal Regional Eleitoral).

Passemos agora para a análise dos votos para o governo do estado, onde poderemos ratificar a tendência supracitada. No início da década de 1980, a tendência da negação da política-eleitoral era bem pequena. Ela começa a crescer nos anos 1990, enquadrada na tendência nacional. A forma de ler pode ser a mesma, reformas neoliberais caminhavam concomitante com uma descrença nas eleições e nas políticas partidárias, até porque instaura-se no Brasil campanhas eleitorais farsantes, pois os candidatos não prometiam o que realmente colocavam em prática. Além do mais, os discursos políticos se afunilavam para soluções liberalizantes, formados por um consenso neoliberal e por consequência anti-social. Esses fatores em seu conjunto podem ajudar a explicar o exorbitante crescimento da abstenção junto com os votos nulos e em branco.

Percebamos no gráfico abaixo que o menor índice de abstenção aconteceu em 1986. Tratou-se de uma eleição no estado do Rio de Janeiro praticamente plebiscitária, na qual estavam em disputa uma perspectiva do brizolismo com forte ênfase na educação com a candidatura de Darcy Ribeiro e por outro lado a candidatura do governo federal representada por Moreira Franco. Exatamente, antes das eleições o governo federal criou o plano cruzado que ganhou uma popularidade enorme, sobretudo, porque congelou os preços dos produtos e ainda concedeu um aumento salarial aos trabalhadores. O consumo nunca esteve tão alto. Dessa maneira, o PMDB, partido do presidente da República, sagrou-se vencedor em

todos os estados da federação com exceção do Sergipe. Mesmo no caso particular do Rio de Janeiro, no qual o governo Brizola tinha grande popularidade, não foi capaz de impedir a vitória do candidato do plano cruzado. A percepção foi de que a contenção da inflação sem redução de salários e com aumento do consumo e do poder de compra elegeu o candidato do governo federal. Pouco tempo depois das eleições, o plano cruzado fracassou solenemente. Em 1986, portanto, a adesão popular ao modelo democrático no Brasil alcançou seu ápice com um número mínimo de votos indiferentes, críticos da democracia representativa. Esse dado mostra que a participação eleitoral está diretamente associada a ideia de satisfação com o governo. Situação oposta começou a vigorar a partir de 1990. Depois da majestosa decepção de 1986, quando o plano econômico foi interpretado como uma grande fraude eleitoral, nas eleições subsequentes a insatisfação com as eleições se mostrou bastante ampla. Entre 1990 e 1998 a soma da negação da política-eleitoral apresentou-se em contínuo crescimento em patamares exorbitantes. Foram exatamente os anos neoliberais. Desmonte do pouco de Estado social, flexibilização de direitos trabalhistas, privatizações, demissões em massa, declínio do poder aquisitivo, violência social e guerra nas favelas e periferias do Rio de Janeiro. Associado a isso, o fato de os políticos não cumprirem suas promessas de campanha e a percepção popular de que vigora sem pudor uma espécie de locupletação de recursos públicos por agentes do estado e por políticos em geral. Em 1990, o Brasil vivia sob outro plano econômico, baseado no confisco do dinheiro da poupança das pessoas. A insatisfação popular com a política foi enorme e resultou diretamente no aumento das taxas de votos nulos, em branco e da abstenção. Em 1998, em particular, o Brasil vivia uma grande crise econômica e social com índices alarmantes de desemprego, jamais visto na história do país e por consequência de violência social.

Em resumo, o que queremos defender é que o crescimento do voto contra a política-eleitoral é claro resultado de ação intencional dos eleitores, não sendo portanto, mera apatia, como dizem politólogos.

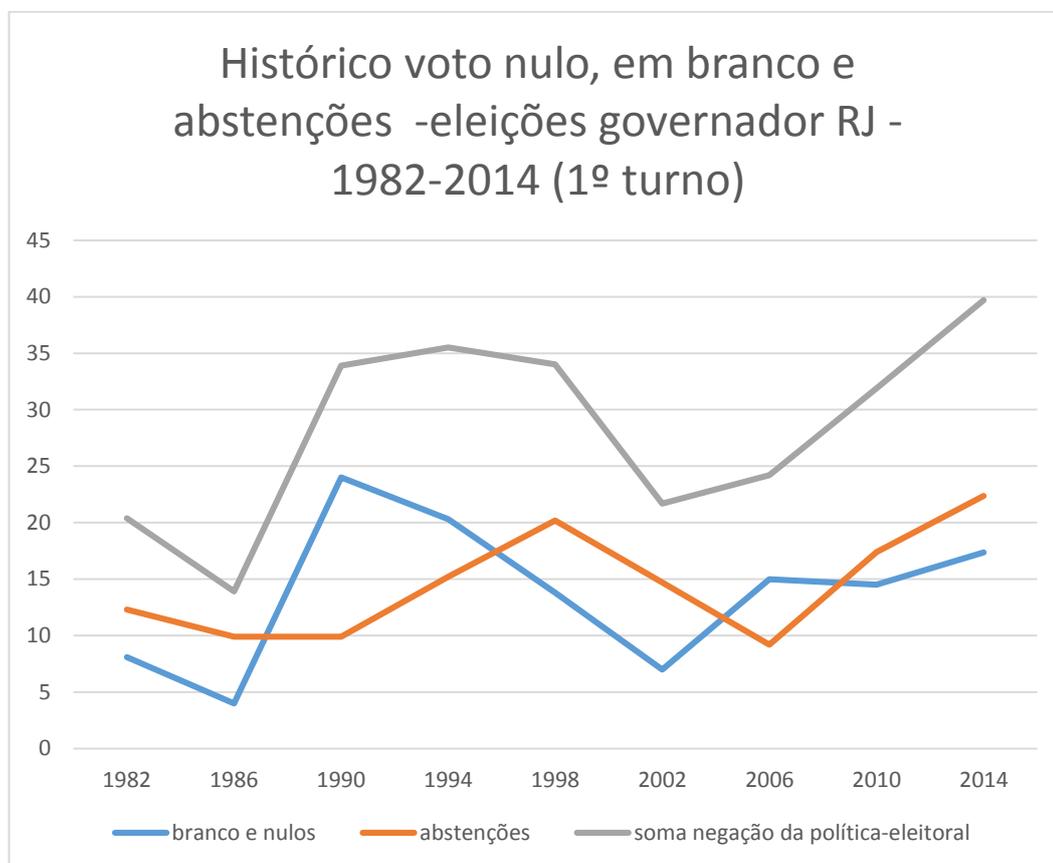
Tanto isso é verdade que em 2002 as esperanças nas mudanças sociais por meio das eleições são renovadas, sobretudo com a possibilidade de renovação na política com a eminente vitória de Lula para a presidência da República e da continuidade do governo Garotinho no Rio de Janeiro com sua esposa Rosinha. O voto negação da política-eleitoral passa por um considerável declínio, diminuindo

quase em um terço suas taxas. As eleições estaduais no Rio de Janeiro são muito politizadas e ligadas ao contexto nacional. As esperanças de profunda mudança de rumo das políticas econômica, social, cultural, educação, saúde, emprego etc em nível nacional servem como estímulo para se voltar a acreditar ou pelo menos diminuir a aversão e o desprezo pelo voto. Por isso, há um declínio considerável das taxas de negação da política-eleitoral.

A partir de 2006 as taxas voltam a crescer continuamente. A chave explicativa que encontramos é associá-la novamente a crescente decepção com o modo petista de governar e de seus aliados no estado do Rio de Janeiro, representado na candidatura de Sérgio Cabral. O governo petista sofria as críticas de corrupção chamadas por mensalão e nesse sentido aquilo que havia se transformado em esperança com novos rumos do país virou decepção. Por outro lado, o eleitorado fluminense não aderiu as alternativas de direita referendadas nos candidatos do PSDB, seja para o governo do estado, seja para a presidência da República. A população foi percebendo que os governos petistas e de seus aliados não se diferenciavam consideravelmente do modelo do PSDB que o Rio de Janeiro historicamente rejeitou. Como as denúncias de malversação do dinheiro público continuaram e a olhos vistos, além do pífio investimento em educação, saúde, moradia, enfim, no social, a descrença nas possibilidades de mudanças políticas só se acentuaram.

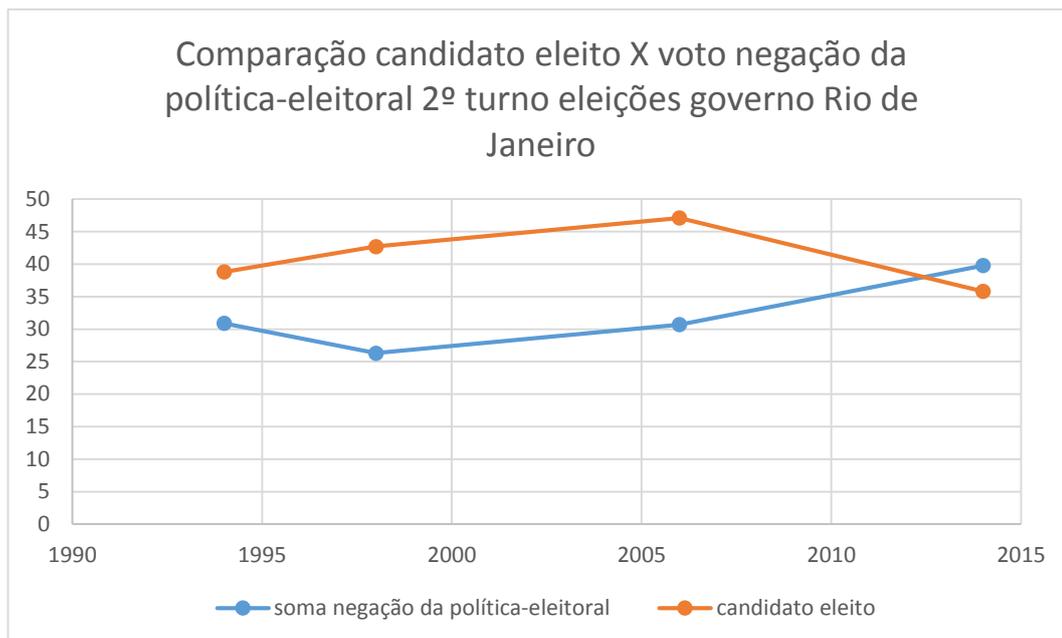
Além do mais, ganham força diversos coletivos no Rio de Janeiro que fazem campanha para que o eleitor não escolha qualquer candidato, votando nulo, em branco ou simplesmente se abstendo. Por isso, o ápice desse processo acontece exatamente em 2014, logo após o maior levante popular da história do Rio de Janeiro. Uma das principais características dos insurgentes que enfrentaram as forças policiais era negar os partidos políticos e a sua falsa representação. A formação do Black Bloc, majoritariamente composto por jovens das favelas e periferias do estado, foi um sinal claro disso. Além dos coletivos autonomistas, libertários, anarquistas e marxistas não institucionais que clamaram pela negação dos políticos nas passeatas, evitando que tivessem o monopólio da fala, assim como estiveram em contrário aos carros de som e atacaram símbolos do capitalismo, como as vidraças dos bancos e de multinacionais. Além disso, o levante no Rio de Janeiro foi o mais duradouro do Brasil com os maiores atos em junho, no dia 20 deste mês, aproximadamente, 1,5 milhão de pessoas estavam nas ruas protestando

contra os governos portando uma extensa pauta heterogênea que incluía desde o fim do capitalismo, defendida pelos coletivos mais combativos, até demandas mais institucionais como investimentos em saúde, educação e moradia.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE (Tribunal superior eleitoral) e/ou do TRE/RJ (Tribunal Regional Eleitoral) e Nicolau, 1998.

O ápice desse processo aconteceu em 2014 nas eleições para governador do Rio de Janeiro. Vejamos no quadro abaixo que pela primeira vez na história recente das eleições pós-ditadura civil-militar o governador foi eleito com menos votos que a soma dos votos nulos, em branco e das abstenções. Este fato poderia abrir uma crise de legitimidade do governante, mas como a grande mídia sequer divulgou aquilo que chamamos de negação da política-eleitoral que está diretamente associada a descrença no modelo de escolha de governantes que ao chegar ao poder não possuem nenhum compromisso em cumprir aquilo que prometeram na campanha, muito menos em governar atendendo os interesses da maioria da população.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE (Tribunal superior eleitoral) e/ou do TRE/RJ (Tribunal Regional Eleitoral).

Ao mesmo tempo, traçamos o perfil do voto do eleitorado brasileiro nas eleições presidências desde 1989. Percebamos que neste ano as linhas estão mais juntas e a partir de 2002 elas ficam mais espaçadas, mostrando grandes tendências. Como explicar essas alterações? Em 1989, o candidato vencedor pertencia a um partido nanico, praticamente insignificante nacionalmente. Isso mostra a pouca penetração social dos grandes partidos brasileiros. Bastou um candidato ex-governador de um estado com uma das menores populações e com a segunda menor economia ganhar amplo apoio dos oligopólios de comunicação de massa e dos principais institutos de pesquisas de opinião de pública que Collor de Mello sagrou-se vencedor da primeira eleição após o regime militar. E essa eleição praticamente encerra a importância dos partidos nanicos nas eleições presidenciais. Por isso seu traçado depois de 1989 praticamente fica nulo. Embora, é importante dizer, os votos em Collor, que pertencia a um partido nanico, eram claramente do eleitorado que se identificava à direita que tem em sua grande maioria uma tendência de seguir e acreditar nos noticiários dos oligopólios de comunicação de massa. É principalmente por essa fonte que o eleitorado à direita se identifica, embora possa inclusive não reconhecer essa identidade.

A direita clássica, privatista, embora não assuma essa pecha, ganha as eleições de 1994 e 1998 e por consequência implementa o seu programa neoliberal

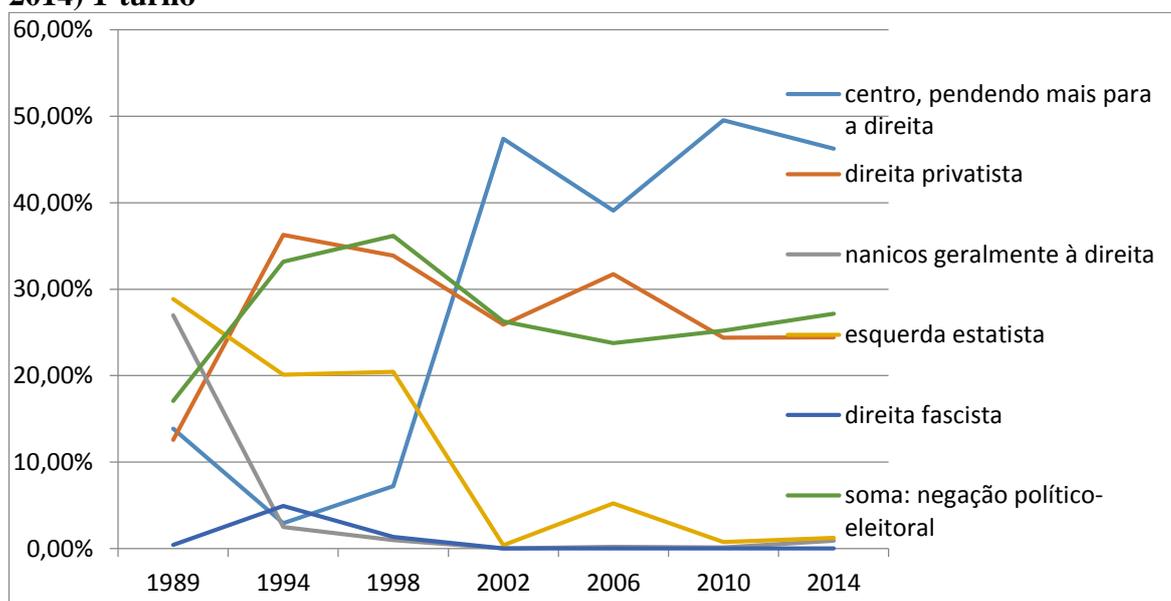
no país, todavia é importante dizer: ela ganha as duas vezes no primeiro turno, mas com altíssimo crescimento da negação da política-eleitoral por parte relevante do eleitorado. Inclusive, em 1998, o então candidato Fernando Henrique Cardoso, vence as eleições com menos votos que brancos, nulos e abstenções. Depois de dois mandatos que aprofundaram as desigualdades e fez explodir a violência urbana com índices alarmantes de desemprego, a direita privatista perde força e não consegue mais vencer as eleições. Muitas pessoas preferem votar nulo, em branco ou se abster a votar neles. Por isso que em 2014, Aécio Neves possui menos votos que a soma da negação da política-eleitoral no primeiro turno em nível Brasil e também no segundo turno no Rio de Janeiro. Nesse estado, o candidato do PSDB fica em 4º lugar atrás respectivamente do voto anti-política-eleitoral, de Dilma e da Marina.

Já a militância da esquerda estatista que construiu por mais de uma década o PT, o PDT, o PSB e o PCdoB viu esses partidos chegarem ao poder e mudarem de lado. Migraram para aquilo que estamos chamando de centro-direita. Daí podemos dizer que grande parte do eleitorado brasileiro em 1989 possuía uma identificação com a esquerda, alcançando uma grande quantidade de votos no primeiro turno, mesmo lutando diariamente contra as notícias dos meios de comunicação de massa. Em alguma medida, esses partidos tinham penetração em movimentos sociais organizados de base e foi exatamente por isso que apesar do achincalhamento diário da grande mídia eles conseguiram quase ganhar as eleições em 1989. Depois dessas eleições a perspectiva da esquerda estatista começa a perde referência nos movimentos sociais e cada vez mais se institucionaliza. Num processo quase que diametralmente oposto a institucionalização ao privilegiar as lutas parlamentares e institucionais foi se afastando dos movimentos mais combativos e simultaneamente levando alguns outros movimentos para o interior do Estado. A luta e a ação direta perderam espaço para a institucionalização e burocratização dos partidos e dos movimentos. A leitura amplamente divulgada pelos oligopólios de comunicação de massa era que o PT não havia ganho as eleições porque era muito radical. Os quadros petistas avocaram essa perspectiva e efetivamente abandonaram a luta, jogando todas as fichas nas esperanças eleitorais. Deu certo, em parte. O PT, junto com os partidos satélites da esquerda estatista, venceu as eleições e ao mesmo tempo perdeu sua identidade. Daí tivemos que colocá-los como de centro-direita, pois seus governos se caracterizaram muito mais com a continuidade daquilo que foi implementado pelo PSDB do que com qualquer

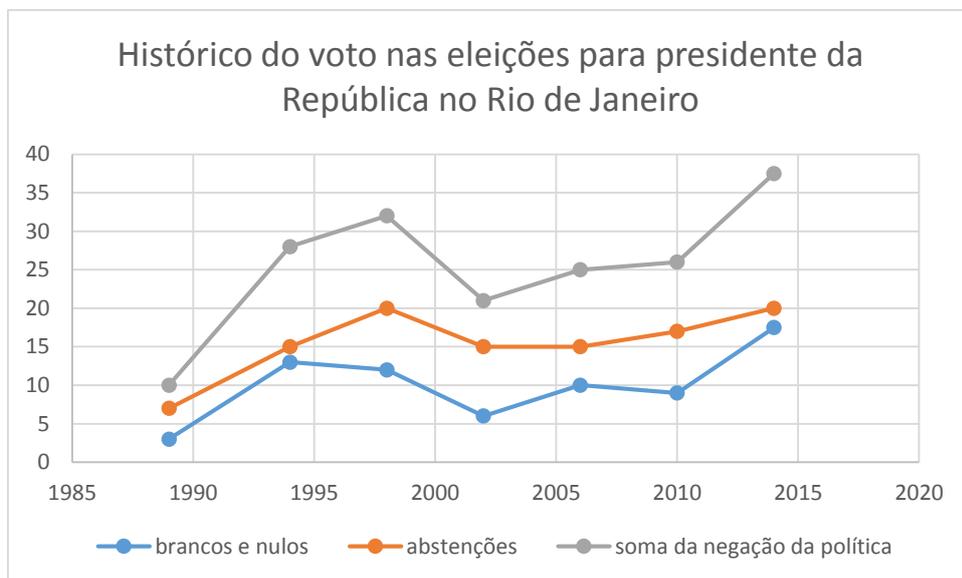
tipo de ruptura. Assim, a esquerda estatista praticamente ficou reduzida a pó. Ocupam esse espaço partidos nanicos como o PSOL, o PSTU e o PCB, com votações bem insignificantes nas eleições presidenciais. A melhor votação desse setor depois da migração do PT para o centro aconteceu em 2006 com menos de 6% do votos. Ainda tivemos o PRONA um partido com um nacionalismo de orientação xenófoba, lembrando as propostas fascistas. Ele alcançou quase 5% dos votos em 1994 mais pela imagem folclórica de seu candidato, Enéas, e menos por identificação ideológica do eleitorado. Tanto é que depois da morte do principal líder o partido não teve mais força para continuar.

Por fim, temos a soma dos votos nulos, branco e das abstenções que formaram uma quantidade relativamente pequena em 1989, sobretudo se comparamos com as eleições posteriores. Como explicar isso? Entendemos que em 1989, nas primeiras eleições presidenciais após a ditadura militar, a esperança de mudança era muito grande e os partidos ainda se mostravam com diferenças ideológicas significativas. Na medida que essas diferenças vão acabando e o eleitorado percebendo os acordos entre diferentes partidos que deveriam ser de oposição um ao outro ele se desencanta da política e por um lado aumenta seu desprezo e por outro faz um voto de protesto contra tudo e contra todos que resulta no crescimento continuo até 1998, com um decréscimo em 2002 com as esperanças de vitória da mudança com Lula e depois retorno seu crescimento chegando ao ápice em 2014.

Gráfico: perfil ideológico do voto para eleições presidenciais no Brasil (1989-2014) 1º turno



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE (Tribunal superior eleitoral) e/ou do TRE/RJ (Tribunal Regional Eleitoral).



Passemos agora para algumas reflexões acerca das eleições de 2014 no Brasil.

REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013

Em 2013, tivemos o maior Levante Popular da história brasileira, sendo todos os governos e partidos oficiais amplamente contestados. Os protestos abalaram contundentemente a ordem. Foi uma grande expressão de perigo para as classes dominantes, sobretudo, porque a ação direta esteve presente, sendo o enfrentamento com as forças de repressão uma de suas mais evidentes características.

Com medo do levante popular e as consequências que dele poderiam advir para a política institucional brasileira e diante da grande possibilidade de uma abstenção histórica, os oligopólios de comunicação de massa, que também foram questionados pelas ruas, produziram a maior cobertura das eleições no Brasil, buscando resgatar uma suposta importância da democracia capitalista perante os governados.

A título de exemplo, nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998 simplesmente não foram organizados debates entre os candidatos nos canais de TV. Em 1998, em meio a uma grande crise econômica, nem parecia que tínhamos eleição, dada a ausência de reportagens sobre o assunto na grande mídia.

CLAMOR PELA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM 2014

Já em 2014, todos os setores das elites dominantes, juntos com todos os partidos políticos oficiais, clamaram para que a população escolhesse algumas pessoas para lhes governar. Com efeito, todos os partidos disputaram os votos e o dinheiro dos financiadores das campanhas que ao fazê-lo desejavam obter privilégios através do mandato apoiado. Para tanto, formou-se uma arena extremamente egoísta baseada na competição sem ética, nos ataques recíprocos e falsas alianças. Na verdade, toda essa disputa almejou, através do Estado, a posse de poder e de dinheiro com fins ególatras e individuais.

As eleições são e foram apresentadas como panaceia, produzindo a ideia de que o importante é delegar poder a um representante.

CARACTERÍSTICAS DAS ELEIÇÕES

As eleições são amplamente movidas pelo capital e medem principalmente a quantidade de financiadores das campanhas. O candidato com apoio de empreiteiras, banqueiros e grandes empresários, tem dinheiro suficiente para comprar “militantes”, pessoas que ficam artificialmente balançando bandeiras, segurando galhardetes e distribuindo “santinhos” nas ruas.

As evidências de compra de voto são cada vez mais gritantes. Ela começa com programas de “combate” a pobreza, realizados por governantes de todas as esferas e de diferentes partidos, desde o âmbito federal até o municipal, estabelecendo uma dependência de famílias inteiras do Estado e do governante da hora. Além disso, nas vésperas das eleições, as máquinas governamentais funcionam a todo vapor: ruas são asfaltadas, praças reformadas etc. É claro que todos sabem que essas obras, de última hora, têm duas funções: ganhar o voto do beneficiado e gerar dinheiro através de caixa dois para a campanha eleitoral. Por fim, nos municípios mais pobres e nas favelas e periferias a compra de voto constitui-se como componente recorrente e importantíssimo. Todos sabem, menos o poder público e a grande mídia.

Fazendo um paralelo com os protestos de 2013, o povo foi às ruas para exigir melhores condições de vida – os governados simplesmente assumiram o protagonismo das ações. Com as eleições, a população passou a ser novamente mera espectadora, onde os rumos da política não estão em suas mãos, como tentam inculcar, mas nos gabinetes e escritórios daqueles que são os maiores mecenas das

campanhas. E é exatamente dessa maneira que os teóricos da democracia minimalista pensam ser o ideal.

Os partidos não são mais movidos por ideias, mas por dinheiro e distribuição de poder, cargos, *benesses* estatais, troca de favores. Esses se transformaram em captadores de dinheiro para propagandas de seus números e outros destinos, quase que verdadeiras quadrilhas envoltas com o dinheiro público. Práticas como clientelismo, coronelismo, nepotismo, malversação do vil metal, enfim, roubalheira generalizada, tem dado a tônica da política brasileira. Ainda podemos identificar um componente fundamental da monarquia na nossa república: a hereditariedade do mandato. Cada vez mais percebemos filhos de políticos assumindo candidaturas amplamente bancadas pelos pais e seus financiadores. Quando não os vemos, tanto da esquerda, quanto da direita, enriquecerem em função dos contatos privilegiados de seus genitores.

A verdade é que sob essa lógica, praticamente, inexistente o voto com convicção, com exceção para aqueles que se locupletam dos cargos públicos e para a militância da esquerda oficial, cada vez mais diminuta. Em suma, a militância desprovida de interesses individuais e que efetivamente acredita nos seus representantes está em extinção, não sem razões.

CONDIÇÕES SOCIAIS DE MISÉRIA QUE AJUDAM A DEPENDÊNCIA SOCIAL

A ampla desigualdade social, associada a miséria, apresenta-se como terreno fértil para a manutenção de uns poucos representantes do capital governando os demais. Todos esses aspectos em seu conjunto constituem-se na “indústria do voto miserável”, isto é, os governantes da economia e da política produzem os miseráveis, que logicamente estão em posição de grande vulnerabilidade social, dependentes, e ávidos por dinheiro, constituindo-se como pessoas ideais para sofrer chantagem que se materialize em voto.

PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A CONCORRÊNCIA INTRAPARTIDÁRIA DAS ELEIÇÕES

O espaço nos meios de comunicação é absolutamente desigual. As alianças governistas, lideradas por PT e PSDB, têm ampla divulgação das suas ideias reformista-liberais e para exposição de suas supostas diferenças, pois além de terem

maior tempo de TV no horário eleitoral, ainda ocupam diariamente todos os programas jornalísticos dos oligopólios de comunicação de massa (TVs, rádios, jornais e internet). Defendemos a tese de que as coalizões partidárias petistas e tucanas representam, praticamente, os mesmos interesses econômicos e políticos, sendo amplamente apoiadas pelos oligopólios de comunicação de massa. Existem pequenas variações de apoio desde 2002 para cá. Nesse ano, por exemplo, os oligopólios apoiaram em grande medida a vitória do PT. Já em 2014, a grande mídia apresentou um leve maior interesse pela candidatura do PSDB.

ANÁLISE DOS GOVERNOS PETISTAS

Aprofundando nossa análise, podemos defender a tese de que o próprio PT é o responsável pela ausência de militantes ideológicos, portanto, não pagos, nas ruas defendendo suas ideias. Simplesmente, porque optou por se afastar do povo, dos trabalhadores e dos movimentos sociais autônomos e ainda cultivou uma política de dependência do Estado atrelada a uma cultura baseada nas trocas financeiras, de favores, no clientelismo, enfim, naquilo que resultou no assistencialismo do programa do bolsa família, com total correlação com os novos “militantes” pagos petistas.

O partido adotou o pragmatismo maquiavélico como meio para chegar e manter o poder seguindo a velha máxima: “os fins justificam os meios”. Nesse sentido, aliou-se aos banqueiros, empreiteiros, empresários dos oligopólios de transporte público, a Sarney, Collor, Jader Barbalho, ACM, Maluf e outros verdadeiros “coronéis” pelo país afora. No Rio de Janeiro, por exemplo, Dilma foi aliada de Sergio Cabral, Garotinho, Bispo Macedo e Eduardo Paes. Sem contar que o partido produziu seus verdadeiros malfeitores, que fizeram desvio de verbas públicas com objetivos privados.

A trajetória do PT foi historiada por diversos intelectuais e podemos adiantar que ela não foi diferente da de outros partidos socialistas pelo mundo afora que optaram pela institucionalidade burguesa, chegaram ao poder e governaram em contrário aos interesses dos governados.

Os anarquistas, mas não só, os conselhistas, os marxistas revolucionários que não se renderam à democracia burguesa, bem como Robert Michels e diversos outros, explicam de diferentes formas como acontece esse transformismo.

Não obstante, é necessário analisar com mais detalhes as políticas públicas desenvolvidas pelos petistas. Antes, é importante estabelecer alguns critérios metodológicos. Primeiro, é praticamente impossível afirmar e provar que um governo seja exatamente igual a outro. Dificilmente, se consegue evidenciar que dois governos do mesmo partido, ou até mesmo do mesmo governante, sejam iguais. Portanto, o normal é que tenham políticas diferenciadas com relação aos outros, fruto de novos contextos, correlações de força, e até contingências que prescrevem atitudes diferentes daquelas que ele mesmo adotaria em outro momento histórico. Dito isso, procuraremos demonstrar que apesar das ínfimas nuances, as governanças petistas e tucanas tiveram opções políticas muito similares que nos possibilitam dizer que poderiam ser considerados como um único partido, ou dois governos que se caracterizam pela continuidade, em favor do capital bancário e especulativo. É mister estabelecer mais uma questão metodológica para análises comparadas. Uma administração pode ser considerada continuidade da outra, quando a primeira estabelece determinadas atitudes que não são contestadas pela subsequente. Dentro da análise de políticas públicas, podemos utilizar o conceito de dependência de trajetória, isto é, quando se toma uma medida e ela é referendada pelo governo posterior, sem sua devida contestação, ou reversão. Realizadas as ressalvas de método necessárias, passemos para a análise das semelhanças e diferenças das políticas petistas e tucanas.

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DAS POLÍTICAS PETISTAS E TUCANAS

A política econômica petista e tucana, em que pese pequenas diferenças, fruto de nova conjuntura, basearam-se fundamentalmente no controle da inflação por meio de juros altos. Essa proposta foi realizada pelos órgãos multilaterais para a América Latina, dentro do contexto ditado pelos teóricos neoliberais, consistindo na primazia do malfadado *superávit* primário em detrimento do investimento em políticas sociais, estatais etc. Trata-se da implementação da política em prol do Estado mínimo. Em resumo, as semelhanças entre petismo e tucanismo nas questões econômicas foram exuberantes.

No plano da política, tanto os governos do PSDB, quanto do PT, aliaram-se ao PMDB e ao que existe de pior para governar. A política do clientelismo no Congresso foi a tônica. É importante dizer que uma gama enorme de políticos, quase que a sua totalidade, se elegem com claros objetivos de obter ganhos

particulares com seus mandatos. Assim, colocam seus votos literalmente a venda para o governo da hora e/ou para os *lobbies* empresariais. Com efeito, tanto a coligação liderada pelos tucanos, quanto as lideradas pelos petistas, praticaram a compra de votos para temas que julgavam importantes, que, infelizmente, não coincidiam com os interesses da classe trabalhadora. Além do mais, os *lobbies* dos capitalistas funcionaram a todo vapor, junto aos “representantes” do povo, como também com os burocratas, formando os anéis burocráticos, conceito muito utilizado pelo, então teórico, Fernando Henrique Cardoso.

Em síntese, as propostas políticas clássicas do liberalismo foram postas em prática por ambos partidos no poder, a saber:

1) diminuição da intervenção estatal na economia, por meio da privatização das estatais e/ou venda de parte de suas ações para o mercado, induzindo para que sigam estritamente os ditames do lucro acima de tudo, estabelecendo aquilo que Chesnais chamou de poder da finança. A dependência de trajetória dos governos petistas com relação aos do PSDB são tão evidentes que as privatizações foram mantidas/respeitadas/aprofundadas com os casos dos portos, da Petrobrás, dos bancos “públicos” (que seguem uma lógica estritamente do mercado) e por fim, da EBSEH que atenta contra os interesses públicos dos hospitais federais. Caso o petismo fosse realmente um governo pós-neoliberal teria revertido o processo de privatização das estatais, reestatizando-as, ou pelo menos não teria continuado as privatizações, tal como fez Chávez na Venezuela, por exemplo.

2) garantia da propriedade privada a todo custo através de recrudescimento de penalizações das populações pobres e, principalmente, negra, tendo por consequência aumento significativo da população carcerária que nada mais é do que fruto da opção política por combater a miséria com repressão e não com políticas sociais.

3) criminalização de movimentos sociais combativos que estão sob total controle, tendo suas ligações e internet monitoradas pelas forças de repressão. Os partidos também ajudaram a reprimir a luta de trabalhadores sem-teto, sem-terra, sem-moradia, em todo o país.

4) diminuição e/ou retirada de direitos trabalhistas/previdenciários. Os direitos trabalhistas não foram ampliados e todas as políticas flexibilizadoras dos governos tucanos foram renovadas pelos petistas. A chamada reforma da previdência social significou um grande retrocesso para os aposentados. Estes tiveram que trabalhar

mais tempo para poder ganhar menos do que ganhavam na ativa, mal possibilitando, em muitos casos, a compra de remédios tão necessários na velhice.³ tivemos ainda o fenômeno da chamada terceirização que significa na prática subcontratação de trabalhadores para trabalhar em situação precária e mal remunerada e com poucos direitos. Uma verdadeira escravidão contemporânea.

5) As centrais sindicais ligadas aos partidos governistas fizeram de tudo para barrar as lutas populares autônomas, fazendo inveja ao sindicalismo oficial de outrora, tomado pela perspectiva do corporativismo estatal.⁴

6) A administração do partido dos trabalhadores fechou rádios comunitárias a mando dos oligopólios de comunicação de massa e ainda anistiou a dívida desses mesmos oligopólios. Em resumo, não foi dado nenhum passo em direção a tão almejada democratização dos meios de comunicação de massa no país.

7) a aliança PT/PSDB/PMDB e seus partidos satélites ainda legalizaram a produção de alimentos transgênicos no país para perplexidade dos defensores de uma alimentação saudável. Aliás, o agronegócio foi em grande medida estimulado em detrimento dos pequenos agricultores.

8) Em 30 anos de governos do PSDB/PT/PMDB a população teve um aumento de quase 100%. Infelizmente, o mesmo não aconteceu com o número de hospitais, nem com universidades, isto é, a construção de novas universidades e de novos hospitais foi ínfima diante do aumento populacional. A criação do programa “mais médicos” foi uma política positiva, todavia não solucionou o problema da espera nas filas dos hospitais, muito menos, a necessidade de grande deslocamento de uma pessoa que está doente para atendimento. O acesso à universidade melhorou com a ampliação de novas vagas, mas também endividou a população que almeja estudar, pois a opção do governo foi investir mais no setor privado. Em suma, a lógica de tratar saúde e educação como bens mercadológicos, seguindo uma tendência estritamente liberal, foi a tônica desses governos.

9) os transportes públicos nesse país é um grande caso de oligopólio privado legal. No Rio de Janeiro, por exemplo, algumas empresas de ônibus repartem territórios, como verdadeiras máfias, e, associadas com os governantes, impõe um preço ao transporte absurdo que torna o direito à mobilidade inacessível para milhares de

³ Ver Moraes (2014) in: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582014000200004&script=sci_arttext

⁴ Ver Moraes (2013) in <http://www.otal.ifcs.ufrj.br/a-greve-traida-de-2012/>

pessoas. Ao mesmo tempo, os lucros são exorbitantes com aquilo que deveria ser um direito de todos.

10) Até as políticas que favoreceram aos pobres foram muito parecidas. Vimos o bolsa-escola virar bolsa-família e se transformar convenientemente em indústria do voto miserável. Fato que proporcionou ao petismo permanecer no poder por 12 anos e agora por pelo menos mais quatro. O PT que deixou de ganhar eleições antes de 2002 porque não conseguiu votos nos “grotões” do país, passou a ser recordista de votos nos lugares amplamente beneficiados com sua política assistencialista.

11) as diferenças entre petismo e tucanismo, dentro do contexto geral, foram muito ínfimas, mas existiram. O petismo, por exemplo, abriu novos concursos públicos. No plano da política externa, fortaleceu a perspectiva de não alinhamento histórica do país e não se opôs e até defendeu os governos progressistas e mais ousados da América Latina, mas também não rompeu com os EUA, nem com Israel, apesar de suas políticas de extermínio do povo palestino. Também liderou a ocupação do Haiti, muito criticada pelos movimentos sociais de lá.

12) Fato é que os governos de PT/PSDB/PMDB transformaram o país no paraíso dos banqueiros e dos empreiteiros ligados ao Estado. Há um sentimento popular de que em cada obra existem falcaturas. Os gastos com a copa do mundo vieram ratificar aquilo que todos suspeitavam, mas não tinham como comprovar. As construções/reformas dos estádios de futebol foram exorbitantemente mais caras do que em outros países. O déficit habitacional continua enorme no país e os preços dos alugueis subiram enlouquecidamente. Ao mesmo tempo, os políticos brasileiros eram vistos em outros países em farras e bebedeiras pagas com o dinheiro público e/ou de seus financiadores. Tanto o governador do Rio de Janeiro, quanto o prefeito da cidade, foram flagrados em boates aqui e em Paris bêbados e arrumando confusão com governados. Tivemos acesso à informação de que Sergio Cabral utilizava o helicóptero do estado para ir do Leblon à Laranjeiras, ambos bairros na zona sul do Rio, portanto muito próximos, e, ainda, a aeronave era utilizada para transportar seu cachorrinho de estimação.

13) No plano nacional, o PT, outrora conhecido como partido da ética, foi o responsável pela farra do dinheiro público e dos financiadores das campanhas eleitorais, em dois episódios denominados pela grande mídia de “mensalão” e de “petróleo”. Se o PSDB foi criticado por comprar o voto dos parlamentares para aprovação da emenda da reeleição em 1998, o petismo, agora não se diferenciava.

Em suma, ao analisar suas políticas públicas com critérios sérios, podemos dizer, sem medo de errar, que PT e PSDB governaram de maneira tão semelhante que parecem compor um único partido. Foi exatamente por isso que o eleitorado do petismo mudou. Atualmente, sua base social está nos mais pobres e miseráveis, não porque tem uma simpatia ideológica com o PT, mas porque se transformaram em dependentes estatais, do bolsa família. Para tanto, o partido dos trabalhadores criou uma verdadeira indústria do voto miserável. Ao invés de fazer um programa radical de reforma agrária, de auto-gestão de fábricas, manufaturas, de mutirões para construção de casas populares, cisternas, de aumento de direitos sociais, dos salários etc, o partido conduziu, através da dependência estatal, milhões de pessoas ao mercado consumidor capitalista, tal como proposto pelas agências multilaterais que defendem aguerridamente o sistema do capital. Portanto, não deu nenhum passo em favor do socialismo, ao contrário, caminhou sempre para mais capitalismo.

ESQUERDA ESTATISTA

A esquerda estatista, cada vez mais domesticada, tem um espaço mínimo para defender suas propostas de reformas dentro do capitalismo e figuram como palhaços no circo eleitoral, montado para que as pessoas riam de suas conjecturas, por mais que elas possam ter seriedade. Fato é que diante da exposição dos grandes oligopólios de comunicação de massa, os representantes da esquerda estatal são apresentados como figuras caricatas, desprovidas de razão e de senso de realidade, ocupando um espaço mínimo no horário eleitoral gratuito e praticamente sem qualquer espaço nos noticiários das TVs, jornais, rádios e internet, onde efetivamente as pessoas formam sua opinião sobre política.

A principal arma dos oligopólios de comunicação de massa para justificar essa postura hostil e caricata diante da esquerda estatista é a pesquisa de opinião. Elas pautam as eleições do início ao fim. São tratadas como verdades científicas e inclusive justificam a participação nos debates, nas reportagens. Como em 2013 houve um grande levante popular contra todos os partidos e políticos, as elites ficaram com medo de a população se revoltar e nem sequer votar. Por consequência, as pesquisas de opinião trabalharam dia e noite induzindo o eleitorado a escolher alguns poucos candidatos inofensivos ao poder da finança. É por esse meio que a esquerda estatista é exibida nos referidos oligopólios como uma figura desprezível, pois suas propostas não possuem “ibope”. Elas aparecem com menos de 1% de

intenções de voto pelas pesquisas de opinião. São pintadas, enfim, como caricaturas políticas, dignas de desdém.⁵

A aliança entre os governos estabelecidos, o capital, os oligopólios de comunicação de massa e os oligopólios de pesquisa de opinião pública (chamaremos daqui por diante por: aliança dos principais formadores de opinião ou simplesmente: aliança do poder) trabalharam intensamente para induzir o leitor a escolher os candidatos inofensivos ao sistema. Associado a isso, está o fato de a esquerda oficial estatista não ter penetração social, estando muito mais incrustada nas universidades públicas e nas grandes burocracias sindicais do que junto aos trabalhadores nas favelas e periferias. Realidade é que a aliança do poder não permite que as ideias da esquerda oficial estatista sejam veiculadas e quando são, apresentam-na como caricaturas sem representatividade social e como políticas inconsequentes.

PESQUISAS DE OPINIÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO DA ESQUERDA ESTATISTA NAS ELEIÇÕES

É uma obviedade que a divulgação das pesquisas quase que diariamente funciona simplesmente como formadora de opinião e não como supostamente se apresenta: aferidora da opinião pública. É por isso, que não há nenhuma vantagem, do ponto de vista de divulgação de ideias, para a esquerda estatista, participar nas eleições, muito pelo contrário. A grande vantagem dessa esquerda participar no processo eleitoral é a possibilidade de ganho de alguns mandatos parlamentares que mais atendem a interesses pessoais do que implicam em garantia de propostas populares.

PAPEL DOS SETORES REVOLUCIONÁRIOS

Ainda existe um setor revolucionário que pregou a luta popular por fora da institucionalidade, sem colaborar para ela em nenhum momento. Tratou-se de um ator importante nesse processo eleitoral que se opôs veementemente as eleições, embora sem qualquer espaço nos oligopólios de comunicação de massa, sustentou o voto nulo, em branco, ou simplesmente, a abstenção. Assinalou como os movimentos anarquistas e revolucionários fizeram em grande parte do mundo,

⁵ É importante reconhecer, embora tenhamos discordância em muitos aspectos, principalmente os estruturais, em matérias de propostas comparadas com as dos partidos vencedores, as da esquerda estatista são melhores para o povão.

defendendo, pedagogicamente, a luta e denunciando a farsa eleitoral e o sistema do capital. Um dos slogans mais bonitos entoados por ele foi: “nossos sonhos não cabem em vossas urnas”.

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 2014

O resultado das eleições no âmbito federal, no primeiro turno, todavia foi bastante significativo. Em primeiro lugar, ficou a aliança governista (petista) com toda sua parafernália de compra de votos oficial e extra-oficial. Em segundo lugar, ficou a soma dos votos nulos, brancos e abstenções – uma verdadeira negação de todos os partidos e políticos somados a uma apatia sobre a política, produzida evidentemente por um sistema que não engendra significativas mudanças seja qual for a coligação vencedora, sendo em comum permeada por suas falcatruas, corrupções. Nos terceiros e quartos lugares ficaram as candidaturas de centro-direita apoiadas tal como a candidatura petistas pelos mesmos financiadores: banqueiros, empreiteiros, empresários e conservadores em geral. Nos últimos lugares ficaram as candidaturas da esquerda estatista com votação insignificante, ratificando a total falência de seus signos já demonstrada nos protestos do ano passado.

O maior vitorioso do primeiro turno foi a aliança do poder que obstruiu a veiculação das propostas da esquerda estatista e quando informou sobre elas as ridicularizou. Ao mesmo tempo, escondeu da população que a soma dos votos nulos, em branco e as abstenções ficou em segundo lugar no primeiro turno. Para felicidade de todos os capitalistas, as candidaturas que foram ao segundo turno eram absolutamente inofensivas para o sistema de modo que qualquer uma que ganhasse seria a vitória do poder, do *status quo*, do *capital financeiro*.

No primeiro turno, em tese, votar-se-ia com convicção ideológica. No segundo, dependendo dos candidatos, escolher-se-ia o menos pior. Fato é que no Brasil e em grande medida no mundo inteiro o voto por convicção está em extinção. No nosso caso, com voto obrigatório, os oligopólios de comunicação difundiram a ideia de que escolher um candidato é um dever cívico importantíssimo. Assim, muitas pessoas se viram obrigadas a escolher alguém para lhes governar, mas indubitavelmente, a ampla maioria delas a fizeram sem convicção, apenas por comodismo ou por “civismo”. Por isso, o voto nulo, em branco e abstenção na maioria das vezes constitui-se em uma escolha muito mais rebelde e politizada do que a simples escolha de um candidato como deseja o sistema e todos os poderosos.

CAMPANHA ELEITORAL PELO VOTO

Nas semanas que antecederam as eleições todos os jornalistas dos oligopólios de comunicação (do jornalismo ao entretenimento, passando pelos programas de esporte e de culinária) fizeram larga campanha pelo voto, que eles chamam de válido, e abertamente pediam para as pessoas não votarem nulo.

2 TURNO DE 2014 DISSIMULAÇÃO DE DIFERENÇAS EM MEIO A ENORME CONTINUIDADES – TEMAS FUNDAMENTAIS QUE FICARAM AUSENTES DOS DEBATES

Quase que num mega teatro, as candidaturas no segundo turno dissimularam uma grande diferença, quando na verdade possuíam extremas semelhanças. Nunca, tantos debates políticos foram organizados nas televisões brasileiras, tendo como resultado o estabelecimento de falsas polêmicas. Os temas mais importantes para a população como educação (melhoria da qualidade das merendas, escolas integrais com atividades extras, popularização de creches, salários decentes para os profissionais, criação de novas escolas e universidades públicas gratuitas e de qualidade) saúde (saneamento básico, construção de novos hospitais e recuperação dos existentes, contratação de novos médicos); moradia: construção de casas populares sem cobrança de juros exorbitantes); mobilidade urbana: construções de dezenas de linhas de metrô/trem/barcas que descongestione os grandes centros urbanos, pois atualmente, esse é um problema sério para o trabalhador que perde horas de sua vida no trânsito de casa para o trabalho; tarifa zero para os transportes públicos; aumentos de salários, de direitos sociais, aumento de direitos trabalhistas e previdenciários, reforma agrária, combate aos produtos transgênicos, respeito a biodiversidade e ao meio ambiente, auto-gestão de terras e fábricas, respeito aos negros, pobres, favelados, mulheres, gays, lésbicas, fim das forças de repressão, críticas a sociedade autoritária, racista, machista. Nada disso foi objeto de debate pelos candidatos. Ou seja, aquilo que realmente importa para a maioria dos governados ficou ausente da campanha eleitoral.

Em nenhum momento esteve em disputa dois projetos de sociedade, de política, ou de economia para o Brasil. Muito pelo contrário, discutia-se apenas a manutenção do que já existe. Do ponto de vista pedagógico para a população, os debates, bem como a cobertura dos oligopólios de comunicação de massa, compuseram um desserviço para os anseios de uma sociedade socialista e libertária.

2º TURNO RESULTADO DAS ELEIÇÕES e a “VITÓRIA” DO VOTO NULO

Em extrato, no segundo turno, as pessoas ficaram preocupados em escolher o candidato menos pior. Assim, no Brasil, a candidatura da Dilma ficou em primeiro lugar com 54 milhões de votos, Aécio em segundo com 51 milhões e a soma de abstenção, nulos e brancos, enfim que não optou por escolher nenhum dos dois foi de 37 milhões.

Entretanto, no Rio de Janeiro, estado no qual o Levante popular de 2013 foi o mais intenso, duradouro e com a maior adesão dos governados, chegando a levar pelo menos 1 milhão e meio para as ruas no dia 20 de junho de 2013, o resultado das eleições foi diferenciado. Dilma venceu com 4,4 milhões, seguida pela soma dos votos nulos, brancos e abstenções com 3,9 milhões e em terceiro a candidatura de Aécio com 3,6 milhões. Nas eleições para governador o quadro foi ainda mais significativo, pois venceu a soma dos nulos, brancos e abstenções com 4.348.950, seguido pelo candidato Pezão com 4,343.298 de votos. A partir da análise desses dados percebemos que o voto nulo é um voto muito politizado. Parte dele ainda ficou com a candidatura da Dilma, por travestir-se de esquerda.

Por fim, a política seguida pelo petismo de “os fins justificam os meios” mostrou-se absolutamente ineficaz. Na verdade, somente colaborou para ratificar o alerta clássico anarquista segundo o qual “os meios determinam os fins”. Assim, fica muito claro que as opções petistas com vistas a ganhar o poder amarraram-na e fizeram dos ex-trabalhadores e ex-presos políticos membros novos das classes dominantes pensando e agindo como elas. O poder corrompe, como já dizia Bakunin.

A quantidade de pessoas que tem optado por se abster de escolher os seus governantes deve ser lida como um grande sinal da falência da democracia representativa no Brasil, tal como já acontece em grande parte do mundo. Se vivemos em uma democracia como aponta o significado etimológico da palavra é hora de fazermos a autocrítica e pensarmos na possibilidade de nos organizar de outra maneira. Para esse debate defendemos a autogestão em todos os aspectos das nossas vidas, sem a dicotomia entre governantes e governados. Para concluir citamos Guy Debord, segundo o qual, a ideologia da democracia nada mais é do que a liberdade ditatorial do mercado, temperada pelos direitos do homem espectador.